



22º ENCONTRO NACIONAL  
DE ESTUDANTES DO  
CAMPO DE PÚBLICAS

## ANÁLISE DA INTERSEÇÃO ENTRE NECROPOLÍTICA E RACISMO AMBIENTAL: A MARGINALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES RACIALIZADAS E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Giovanna Rodrigues Santos<sup>1</sup>

Larissa Telles Sales<sup>2</sup>

Anna Clara Reis dos Santos<sup>3</sup>

Suely Salgueiro Chacon<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo analisa a articulação entre necropolítica e racismo ambiental como mecanismos estruturais de marginalização de populações racializadas e dos territórios periféricos no Brasil contemporâneo. Para o alcance desse objetivo empreendeu-se uma investigação qualitativa, descritiva, que usou a pesquisa bibliográfica e documental. Parte-se da constatação de que a seletividade da morte opera de forma racial e territorial, combinando políticas de extermínio e degradação ambiental para produzir vidas precarizadas e territórios inviabilizados. O conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2018), é central para compreender como o poder de matar se exerce não apenas por meio da violência direta, mas também por políticas públicas e omissões seletivas que definem quem merece viver e quais territórios devem ser preservados. Nesse contexto, a necropolítica atua pela gestão da morte, criando zonas onde a existência é descartável, realidades presentes em favelas, periferias urbanas e terras indígenas, marcadas pelo abandono, invisibilidade pública, violência estatal e exclusão sistêmica. O racismo ambiental é entendido como parte dessa violência estrutural que expõe comunidades negras, indígenas e periféricas à contaminação, degradação ecológica e ausência de infraestrutura básica. Casos como os desastres de Mariana e Brumadinho, a crise sanitária entre os Yanomami e as enchentes em bairros periféricos evidenciam a localização racial e a conivência institucional com esses danos. A partir de um referencial crítico decolonial,

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [giovannasantos@gmail.com](mailto:giovannasantos@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [larissatellesales@alu.ufc.br](mailto:larissatellesales@alu.ufc.br)

<sup>3</sup> Graduado do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [annaclarareis@alu.ufc.br](mailto:annaclarareis@alu.ufc.br);

<sup>4</sup> Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora da Universidade Federal do Ceará, [suelychacon@ufc.br](mailto:suelychacon@ufc.br)



argumenta-se que o racismo ambiental é uma dimensão da necropolítica, pois não só contamina corpos, mas desestrutura laços sociais e apaga modos de vida. Assim, a necropolítica ambiental configura-se como dispositivo de gestão da morte que priva sistematicamente determinadas populações do direito a viver com dignidade. A análise, fundamentada em revisão bibliográfica crítica e estudos de caso, reforça a urgência de políticas públicas interseccionais que enfrentem as desigualdades raciais, territoriais e ambientais no Brasil, incorporando, inclusive, o conceito de biopolítica, que coloca a vida no centro dos processos de tomada de decisão no âmbito coletivo. Ao dar visibilidade a esses processos, o artigo contribui para o aprofundamento do debate sobre justiça racial e ambiental no país.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Justiça Ambiental, Justiça Racial.

## INTRODUÇÃO

A conformação histórica das desigualdades brasileiras evidencia que a produção da morte nunca se distribuiu de modo aleatório. Heranças coloniais de expropriação, racialização e controle social estruturam formas contemporâneas de gestão da vida e da morte, projetadas sobre corpos e territórios específicos. Nesse contexto, os conceitos de necropolítica e racismo ambiental revelam como degradação ambiental, desastres industriais, violência estatal e omissão deliberada de políticas públicas se combinam para definir quem acessa uma existência digna e quais populações são lançadas à descartabilidade. A necropolítica, conforme Achille Mbembe, demonstra que o poder moderno não apenas governa modos de viver, mas seleciona aqueles expostos a riscos extremos, vulnerabilidade permanente e destruição sistemática de seus territórios.

A precarização de áreas periféricas e racializadas mostra que a violência ambiental integra um continuum histórico de produção social do desastre. Os rompimentos de Mariana e Brumadinho explicitam como poder corporativo, fragilidade regulatória e desigualdades territoriais criam condições persistentes de risco socialmente distribuído. Relatórios do colapso do Córrego do Feijão indicam que a dependência econômica das mineradoras e o enfraquecimento institucional favoreceram decisões orientadas à maximização financeira



em detrimento da segurança coletiva, naturalizando a exposição desproporcional de comunidades vulnerabilizadas e reafirmando a seletividade racial e econômica da morte (MILANEZ, 2019).

Essa dinâmica converge com o racismo ambiental, entendido como a distribuição desigual dos danos ecológicos e da degradação territorial que afeta sobretudo populações negras, indígenas e periféricas. A produção de zonas de sacrifício, marcadas por contaminação, destruição de modos de vida, insegurança hídrica e ausência de saneamento, decorre do próprio funcionamento das rationalidades políticas e econômicas. Estudos sobre políticas públicas ambientais apontam que decisões estatais alinhadas a interesses hegemônicos tendem a reproduzir desigualdades e a fragilizar a capacidade de prevenção, sobretudo diante da falta de instrumentos robustos, participativos e intersetoriais, essenciais para assegurar justiça territorial, precaução e solidariedade intergeracional (CHACON, NASCIMENTO, 2020).

A articulação entre necropolítica e racismo ambiental evidencia que a gestão da morte opera também por dispositivos aparentemente neutros, flexibilizações regulatórias, omissões administrativas, licenciamento acelerado e manutenção deliberada da precariedade urbana. A destruição de ecossistemas, a contaminação de rios vitais, o acúmulo de resíduos tóxicos e a intensificação de eventos extremos em territórios periféricos compõem engrenagem que reproduz desigualdades. Nesse cenário, a crise Yanomami torna-se emblemática, expansão do garimpo ilegal, contaminação por mercúrio, mortalidade infantil crescente e desnutrição revelam abandono sistemático e violência ambiental contra modos de vida originários (GREENPEACE BRASIL, 2023). Casos como este, somados às enchentes em bairros periféricos e aos riscos enfrentados por comunidades próximas a empreendimentos extractivos, mostram como a ausência de ações preventivas e reparatórias se converte em forma contemporânea de gerenciamento da morte.

A análise crítica dessa realidade requer referenciais que iluminem as rationalidades políticas subjacentes. A biopolítica de Michel Foucault explicita que a modernidade se organiza pela administração da vida, regulando populações e distribuindo recursos (FOUCAULT, 2010). A tensão entre biopolítica e necropolítica revela a coexistência entre dispositivos de proteção seletiva e mecanismos de abandono. Nos territórios racializados, a biopolítica opera de modo desigual, garantindo infraestrutura a alguns enquanto entrega outros à precariedade ambiental e ao não reconhecimento.



22º ENCONTRO NACIONAL  
DE ESTUDANTES DO  
CAMPO DE PÚBLICAS

A partir dessa compreensão, a pesquisa, de natureza qualitativa, documental e bibliográfica, reconstrói o entrelaçamento entre políticas ambientais permissivas, governamentalidade neoliberal, concentração de poder corporativo e desigualdades históricas. A análise de estudos de caso, especialmente desastres socioambientais recentes, evidencia que a gestão da morte se institucionaliza por meio de ausências seletivas, fiscalização insuficiente, falta de infraestrutura básica, fragilidade de mecanismos participativos e escassez de garantias socioambientais para grupos vulneráveis.

As discussões desenvolvidas indicam que compreender a imbricação entre necropolítica e racismo ambiental é fundamental para revelar as engrenagens estruturais que produzem vulnerabilidade e inviabilizam territórios racializados. Esse diagnóstico aponta para a necessidade urgente de políticas públicas interseccionais que enfrentem conjuntamente dimensões racial, territorial e ambiental da injustiça, recolocando a vida, em sua pluralidade e dignidade, no centro das decisões coletivas.

Ao evidenciar como a gestão da morte se materializa em políticas, omissões e interesses econômicos, a análise orientada por necropolítica, racismo ambiental e biopolítica demonstra a urgência ética e política de reconfigurar modelos de desenvolvimento, governança ambiental e planejamento territorial. Conclui-se que romper com a lógica necropolítica exige democratizar decisões, enfrentar padrões históricos de racialização do risco e reconstruir políticas voltadas à justiça ambiental. Assim, o avanço depende não apenas da denúncia das violações, mas da formulação de alternativas institucionais que afirmem a centralidade da vida frente aos dispositivos que a administram pela morte.

## METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, com o objetivo de identificar e interpretar os mecanismos estruturais que articulam necropolítica, racismo ambiental e produção de vulnerabilidades em territórios racializados no Brasil. Para isso, foram utilizados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, considerando obras clássicas sobre biopolítica e necropolítica, bem como relatórios institucionais, estudos acadêmicos e análises técnicas relacionadas a desastres socioambientais e crises humanitárias.



A pesquisa bibliográfica abrangeu autores como Michel Foucault, Achille Mbembe, entre outros, cujos aportes teóricos permitiram compreender as rationalidades políticas que orientam a gestão diferenciada da vida e da morte no território brasileiro. Já a pesquisa documental incluiu relatórios da Fiocruz, dados produzidos por organizações socioambientais, estudos do Instituto Socioambiental (ISA) e dossiês públicos sobre os desastres de Mariana e Brumadinho, além de levantamentos sobre a crise Yanomami.

O corpus documental foi selecionado com base em três critérios: (a) relevância para a discussão sobre desigualdades socioambientais, (b) confiabilidade institucional e (c) correspondência com os objetivos da investigação. Não houve necessidade de submissão a comitê de ética, pois os dados utilizados são públicos e não envolvem intervenções com seres humanos. As informações analisadas foram organizadas por meio de leitura crítica, categorização temática e triangulação entre dados empíricos e referencial teórico, permitindo uma interpretação consistente dos fenômenos investigados.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das desigualdades brasileiras exige referenciais capazes de explicar como o poder organiza a distribuição diferenciada da vida, da morte e dos recursos no território. Nesse sentido, a biopolítica de Michel Foucault fornece uma chave fundamental ao mostrar que, a partir do século XVIII, os Estados modernos passaram a gerir populações por meio de dispositivos voltados à saúde, produtividade e controle dos corpos (FOUCAULT, 2010). Inserida no campo mais amplo da governamentalidade, essa forma de poder opera por rationalidades que orientam a condução dos indivíduos e da coletividade, transformando o Estado em efeito móvel da articulação entre práticas, saberes e necessidades de regulação social. A economia política passa a atuar como princípio de verificação, convertendo o mercado em parâmetro de verdade e eficiência e reorganizando o espaço político segundo critérios de risco, utilidade e competição.

Entretanto, a biopolítica, embora essencial para compreender a gestão da vida, não é suficiente para apreender as formas de produção da morte e do abandono. É nesse ponto que se insere a contribuição de Achille Mbembe (2018), cujo conceito de necropolítica tensiona o biopoder foucaultiano ao explicitar que a soberania moderna se define também pela capacidade



de ditar quem pode viver e quem deve morrer. O racismo emerge, assim, como tecnologia central da distribuição desigual da violência, legitimando a eliminação simbólica ou material de populações racializadas, colonizadas ou consideradas descartáveis.

A articulação entre biopolítica e necropolítica permite compreender que, em sociedades profundamente desiguais como o Brasil, mecanismos de gestão da vida e dispositivos de abandono operam simultaneamente. A produção da morte se manifesta tanto por ações diretas quanto por omissões e decisões que expõem determinados grupos à insegurança territorial, à destruição ambiental e ao desamparo institucional. Nesse quadro, ganha relevância a noção de necropolítica ambiental, que descreve como a seletividade racial da morte se combina à degradação ecológica. A fragilização de mecanismos de proteção, a captura do Estado por interesses econômicos e o enfraquecimento da fiscalização criam territórios nos quais a vida se torna permanentemente ameaçada.

Esse debate se aproxima das reflexões de Chacon e Nascimento (2020) sobre políticas públicas fragmentadas, processos decisórios sem integração entre dimensões sociais, ambientais e institucionais e a consequente perda de capacidade de prevenção e controle. Quando escolhas técnicas são tomadas sem mecanismos robustos de precaução ou sem participação das comunidades afetadas, acabam reproduzindo padrões de vulnerabilização já existentes.

A dinâmica da mineração em Minas Gerais e a crise humanitária Yanomami exemplificam como desigualdades sociais e raciais se convertem em critérios de exposição diferencial ao risco. Em ambos os casos, os danos ambientais recaem sobre grupos previamente precarizados, revelando a convergência entre racionalidade neoliberal, desregulação institucional e hierarquização da vida. As análises de Milanez (2019) sobre a redução da capacidade estatal de fiscalização e a confiança na autorregulação empresarial reforçam esse argumento, mostrando que tais eventos não podem ser entendidos como acidentes isolados, mas como expressão de uma lógica de governo que tolera a morte como efeito previsível do modelo extrativista.

A partir dessas perspectivas teóricas, este referencial teórico situa o leitor na argumentação central da pesquisa: a de que a combinação entre necropolítica, governamentalidade neoliberal e racismo ambiental molda de maneira estrutural a distribuição das vulnerabilidades no Brasil. Esses mecanismos não constituem desvios, mas elementos



constitutivos de uma racionalidade estatal que organiza a vida coletiva segundo critérios de utilidade econômica e hierarquias raciais. Compreender esse percurso teórico é essencial para sustentar a análise dos casos selecionados e para evidenciar como determinadas populações são sistematicamente expostas ao risco, ao adoecimento e à morte, enquanto outras são protegidas pelas mesmas estruturas que reproduzem desigualdade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de todo o referencial é denotado que as formas de organizações institucionais apontam para uma estrutura que de tão modo é neutra e imparcial, muito menos universal, assim, dentro de um imperativo categórico que se faz movido pela produção em grande e larga escala, além do aproveitamento da mão de obra barata, tal qual desumaniza os grupos sociais mais expostos e sub sentenciados à esse mercado é imoral negar os efeitos marcadores e nocivos que essa estrutura raiz-acional demarca. Marcado por uma organização que foi desenvolvida para subsistir do capital, pouco se sobra quando o capital não é o foco central. Dito isso, em uma sociedade determinada por questões sociais, estímulos, culturas e pertencimentos existem inúmeras formas de vida em um espaço territorial, porém essas inúmeras formas se acoplam e caminham para um mesmo fim determinante. Tais realidades se cruzam em uma exacerbada negligência do Estado e das organizações, evidenciando oscos mais desastrosos já presenciado no século XX.

Nos resultados, observa-se que os desastres de Mariana e Brumadinho atingiram populações marcadas por vulnerabilidade socioeconômica e racial, em Brumadinho, 63,8% das pessoas nas áreas imediatamente impactadas eram não brancas e tinham renda média mensal de R\$ 475,25, valor inferior ao salário mínimo da época, conforme revelado pelo estudo Minas não há mais, conduzido pela UFMG. Em Mariana, distritos como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo apresentavam configuração semelhante, com predominância de população não branca e baixos rendimentos, reforçando que o desastre não ocorreu em território neutro, mas sobre comunidades historicamente precarizadas.

A recorrência de falhas entre os dois rompimentos evidencia o padrão descrito por Milanez (2019), que aponta a redução da capacidade estatal de fiscalização e a confiança excessiva na autorregulação empresarial como fatores estruturais que permitiram a manutenção



de barragens instáveis. Os impactos incluem destruição ambiental, rios contaminados, perda de biodiversidade e insegurança prolongada das comunidades atingidas. Na crise Yanomami, dados de pesquisas conduzidas pela Fiocruz mostram que todas as pessoas analisadas em nove aldeias apresentaram níveis de mercúrio acima do recomendado, com maior concentração nas comunidades próximas ao garimpo ilegal.

A discussão articula esses achados aos referenciais teóricos que permitem compreender as rationalidades políticas envolvidas na produção das desigualdades socioambientais no Brasil. A biopolítica de Foucault (2008) evidencia que os Estados modernos passaram a gerir populações por meio de dispositivos voltados à saúde, produtividade e controle dos corpos, articulando práticas de governo orientadas pela economia política como princípio de verificação. Contudo, os resultados empíricos analisados demonstram limites dessa abordagem, exigindo o aporte da necropolítica de Mbembe (2018) para explicar como a gestão da vida convive com dispositivos de produção da morte, abandono e destruição, especialmente sobre grupos racializados. Os casos de Mariana, Brumadinho e da crise Yanomami ilustram como essas rationalidades se manifestam, a captura do Estado por interesses econômicos hegemônicos. Apontada por Chacon e Nascimento (2020), fragiliza a prevenção, a fiscalização e a capacidade institucional de antecipar riscos, enquanto a análise de Milanez (2019) mostra como a flexibilização regulatória favoreceu a manutenção de estruturas altamente perigosas. Assim, a intersecção entre necropolítica ambiental, desigualdade territorial e governamentalidade neoliberal evidencia uma rationalidade de governo que naturaliza vulnerabilidades sociais e hierarquiza a proteção estatal, permitindo que determinadas vidas, majoritariamente negras, indígenas e periféricas, permaneçam sistematicamente expostas ao risco, ao adoecimento e à morte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a articulação entre necropolítica e racismo ambiental configura um padrão estrutural que organiza a distribuição desigual dos riscos, dos recursos e das condições de existência no Brasil. Ao examinar casos como os desastres de Mariana e Brumadinho e a crise humanitária Yanomami, se torna evidente que a morte e o adoecimento v



não são efeitos casuais, mas expressões previsíveis de um modelo de governança marcado pela captura do Estado, pela fragilidade regulatória e pela hierarquização racial da vida.

Os estudos analisados mostram que populações negras, indígenas e periféricas permanecem expostas a danos socioambientais devido à combinação entre governamentalidade neoliberal, decisões técnicas desarticuladas, ausência de mecanismos preventivos robustos e omissões seletivas das instituições públicas. Esses elementos revelam que a necropolítica ambiental opera como dispositivo que produz territórios sacrificáveis, nos quais a precariedade é continuamente reproduzida.

Ao articular biopolítica, necropolítica e racismo ambiental, este trabalho contribui para a compreensão crítica das formas contemporâneas de gestão da vida e da morte, ressaltando a necessidade de políticas públicas interseccionais, participativas e territorializadas, que coloquem a vida, em sua pluralidade no centro das decisões coletivas. Os resultados indicam, ainda, a importância de novas pesquisas voltadas à análise das interações entre desigualdade racial, degradação ecológica e modelos de desenvolvimento, de modo a fortalecer o campo da justiça ambiental e a produção de alternativas institucionais capazes de enfrentar as estruturas de vulnerabilização histórica.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Ceará e ao curso de Gestão de Políticas Públicas, que nos oferecem formação, acesso ao conhecimento e espaços de pesquisa que tornaram este estudo possível.

Agradecemos também à nossa orientadora, Suely Chacon, pelo apoio constante, pela escuta atenta e pela inspiração que trouxe ao desenvolvimento deste trabalho. Sua orientação foi essencial para fortalecer o tema e para o nosso amadurecimento acadêmico.

## REFERÊNCIAS

CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. **Para além do (pré)conceito e do discurso: proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade.** Revista Aval, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 62-87, jul./dez. 2020.



22º ENCONTRO NACIONAL  
DE ESTUDANTES DO  
CAMPO DE PÚBLICAS

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** 1. ed. [S.l.]: Edições 70, 2010. 452 p.

Fundação Oswaldo Cruz. Exposição ao mercúrio é avaliada pela primeira vez em crianças do litoral paulista. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 7 nov. 2008. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/exposicao-ao-mercurio-e-avaliada-pela-primeira-vez-em-criancas-do-litoral-paulista>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Genocídio indígena: garimpo ilegal está matando crianças Yanomami. **Greenpeace Brasil**, São Paulo, 25 jan. 2023. Seção: Blog. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/genocidio-indigena-garimpo-ilegal-esta-matando-criancas-yanomami-e-nao-e-de-hoje/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica** : biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini, São Paulo: N-1 Edições, 2018

MILANEZ, Bruno et al. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Juiz de Fora: **PoEMAS — Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (Versos — Textos para Discussão)**, 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2019-Minas-n%C3%A3o-h%C3%A1-mais-versos.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Dados sobre impactos socioambientais e vulnerabilidade territorial**. 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/o-impacto-da-pandemia-na-terra-indigena-yanomami-foragarimpoforacovid>